

2019  
JANEIRO

AIDA

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO



PME QUALIFY

WWW.AIDA.PT

## CABO VERDE

A AAVTCV regista com normalidade o anúncio da entrada em vigor da TAS

## MOÇAMBIQUE

Banco Mundial desembolsou mais dinheiro para Moçambique no exercício económico de 2018

Moçambique terá ambiente económico favorável e cresce 3,7% este ano

## ANGOLA

Angola prepara a estreia do IVA e Portugal dá apoio

Angola pode crescer este ano 1,9 por cento

## SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Reservas de São Tomé e Príncipe garantem menos de três meses de importações

## GUINÉ BISSAU

Guiné-Bissau termina ano com desaceleração da actividade económica

### DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO:

Elisabete Rita | Directora Geral da AIDA

### DESIGN E PAGINAÇÃO:

Incograf

### PROPRIEDADE

Associação Industrial do Distrito de Aveiro

### COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:

Carla Vieira, Deolinda Costa e Ecclesia Lda

### DISTRIBUIÇÃO GRATUITA:

1000 exemplares



## ▶ NOTÍCIAS DE CABO VERDE

### A AAVTCV REGISTA COM NORMALIDADE O ANÚNCIO DA ENTRADA EM VIGOR DA TAS

*A Taxa Aeroportuária entrou em vigor no primeiro de Janeiro deste ano. Medida esta implementada num conjunto de reformas no quadro legal que regulamenta o regime jurídico de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território nacional, o chamado Processo Eficiente, Automático e Seguro de Entrada de Viajantes – EASE.*

A Associação garante que a medida poderá ser boa no quadro de reforço da segurança e controlo das entradas e saídas de turistas e estrangeiros no país, e que poderá ser uma oportunidade para as agências de viagens e turismo aumentarem o seu rendimento.

No entanto, é convicção da AAVTCV - Associação das Agências de Viagens e Turismo de Cabo Verde e seus associados que, assim como está a maioria das agências de viagens cabo-verdianas, que estas não estarão em condições de beneficiar da mesma, pelo menos no imediato, pois que as nossas agências, na sua maioria, não funcionam propriamente como agências de turismo e, quando acontece, o volume de negócios é ainda pouco expressivo. "O que equivale dizer que este novo quadro deverá beneficiar essencialmente as grandes agências emissoras de turistas".

Diz ainda que para que as agências de viagens e turismo cabo-verdianas possam ter uma parte importante desse bolo é preciso que estas possam desenvolver mais a vertente do turismo e aumentar os seus negócios, algo que desde a primeira hora ainda da candidatura desta gestão,

mantemos sublinhado na nossa agenda e planos de actividades.

Para isso dizem-se seguros de que será necessário um programa de fomento empresarial e que possa ajudar as agências nesta necessária modernização e ampliação dos seus negócios e poderem assim acompanhar a evolução do mercado.

"Nestes sete meses à frente da nossa Associação, a direcção da AAVTCV tem procurado alargar a sua base de parcerias de forma a ampliar o seu mercado e construir condições efectivas para a transformação das nossas agências de viagens em verdadeiras agências, também, turísticas e à conquista de novos mercados".

Neste momento, avança a associação, alegando que estão em contactos "avançados com a nossa congénere de Macau para uma forte parceria" e que inclui áreas como a formação dos quadros associados, como também uma representação da AAVTCV, por forma a conseguirem uma melhor promoção do destino Cabo Verde junto àquela e outras regiões chinesas e naquela parte do Globo.

## BANCO MUNDIAL DESEMBOLSOU MAIS DINHEIRO PARA MOÇAMBIQUE NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2018

Banco Mundial deu mais dinheiro para Moçambique no fecho de 2018. Privado do apoio directo externo ao Orçamento do Estado, desde Abril de 2016, na sequência da descoberta das chamadas “dívidas ocultas” que empurraram o país para o descrédito internacional, o Grupo Banco Mundial não se encolheu e decidiu desembolsar o valor mais alto de auxílio à Moçambique em 2018.

Ao todo foram 530 milhões de dólares que o Banco Mundial canalizou para o país, no ano passado, cinco vezes mais que o montante desembolsado em 2017, ano em que o compromisso financeiro desta instituição financeira da Bretton Woods foi o mais baixo de sempre.

Para 2019, e segundo consta da página oficial do Banco Mundial em Maputo, já foi aprovado um financiamento de apenas 198 milhões de dólares, em apoios a projectos de desenvolvimento socioeconómico do país.

Fora os compromissos financeiros, esta instituição refere que prevalecem alguns desafios para o país, com destaque para o restabelecimento da estabilidade macroeconómica, da confiança através de uma melhor governança económica e mais transparência, incluindo a transparência na investigação sobre dívidas ocultas.

Além disso, são necessárias reformas estruturais para apoiar o sector privado que enfrenta actualmente dificuldades.

Outro grande desafio para a economia é a sua diversificação em relação ao actual foco em projectos de capital intensivo e agricultura de subsistência de baixa produtividade, para uma economia mais diversificada e competitiva, fortalecendo ao mesmo tempo os principais impulsionadores da inclusão, como a melhoria da qualidade da educação e da prestação de serviços de saúde, o que poderá, por sua vez, melhorar os indicadores sociais.

Fonte: O PAÍS

## MOÇAMBIQUE TERÁ AMBIENTE ECONÓMICO FAVORÁVEL E CRESCE 3,7% ESTE ANO

*A consultora IHS Markit considera que o ambiente económico em Moçambique vai ser favorável este ano, com a economia a crescer 3,7% e o banco central a descer a taxa de juro de 15% para 12%.*

A IHS Markit assume um ambiente macroeconómico favorável durante este ano, partindo do princípio de que há eleições pacíficas este ano”, escrevem os analistas numa resposta à Lusa sobre as perspectivas para a economia moçambicana este ano.

“O PIB de Moçambique deve aguentar-se nos 3,7% e a baixa inflação deve permitir a continuação da normalização da política monetária pelo banco central, cuja taxa de juro poderá cair para 12% no final deste ano, face ao nível actual de 15%”.

Para os consultores da IHS Markit, “a taxa de câmbio do metical deverá registar uma modesta depreciação face ao dólar, apoiada no aumento dos preços das matérias-primas e no forte fluxo de investimentos”.

Sobre as relações com o FMI no seguimento do anúncio do acordo de princípio sobre a reestruturação dos títulos de dívida pública, em incumprimento desde o início do ano passado, a IHS Markit respondeu: “As relações entre o FMI e o Governo deverão continuar, mas não esperamos qualquer apoio financeiro do Fundo até que as questões sobre a dívida sejam resolvidas”.

Em causa está não apenas a resolução formal sobre o acordo relativamente aos 727,5 milhões de dólares em títulos de dívida pública, mas também “relativamente aos outros empréstimos escondidos, no valor de 1,2 mil milhões de dólares que também estão em incumprimento financeiro, e sobre os quais não houve qualquer anúncio formal”.

Fonte: LUSA EM NOTÍCIAS AO MINUTO

## ANGOLA PREPARA A ESTREIA DO IVA E PORTUGAL DÁ APOIO

*Fisco português está a cooperar com a administração tributária angolana para substituir o imposto de consumo pelo IVA. Mudança chega a 1 de Julho, com o terreno preparado para um sistema próximo do E-factura.*

Angola está em contagem decrescente para a chegada do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), a 1 de Julho. Será um desafio para um país onde a economia paralela é muito grande e um passo em frente numa economia em crise à procura de diversificar as fontes de receita para ficar menos dependente do petróleo.

A substituição do actual imposto de consumo pelo IVA começou a ser preparada a partir de 2011, ainda com o anterior Governo. A seis meses da entrada em vigor, é tempo de a Administração Geral Tributária (AGT) afinar a máquina. E não é só em Luanda que se ultimam os pormenores.

Portugal, com 32 anos de experiência no IVA, tem cooperado e prestado apoio técnico, mais ainda nos últimos meses, com a presença de técnicos angolanos em formação nos serviços de IVA da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

Adilson Sequeira, chefe da fiscalização dos grandes contribuintes na AGT angolana e coordenador do projecto do IVA, esteve na sede do fisco português, para se encontrar com Miguel Correia, subdirector-geral do IVA em Portugal. A reunião decorreu no dia em que 12 técnicos da AGT terminavam três meses de formação na administração fiscal portuguesa, onde passaram por alguns dos serviços do IVA para treinarem casos práticos e aprenderem com os colegas portugueses.

Angola dá o passo em frente colhendo a experiência de muitos outros países, evitando caminhos que entretanto outras administrações abandonaram. O Fundo Monetário Internacional (FMI), que durante três anos vai dar apoio



técnico e financeiro ao país, olha para a reforma como uma “medida estrutural”.

A entrada em vigor esteve prevista para 1 de Janeiro de 2019, mas, perante uma mudança tão grande, o Governo de João Lourenço decidiu adiá-la por seis meses, também a pedido dos empresários. Para todos, é tempo de adaptação: contribuintes, contabilistas, empresas de software de facturação, consultores fiscais, advogados, administração tributária e, claro, os consumidores. É, nas palavras de Adilson Sequeira, a “maior reforma fiscal” dos últimos anos.

### Uma só taxa

A introdução do IVA acontecerá a dois tempos, a pensar na estrutura económica e social do país, onde os níveis de informalidade são muito altos e onde nem todas as empresas e o pequeno comércio estariam preparados para começar de um dia para o outro (há três anos, o Governo estimava a economia paralela na ordem dos 60% do PIB).

Ao contrário de Portugal, onde há três taxas de IVA, Angola vai ter apenas uma única taxa, de 14%. É um sistema mais simples, quer para as empresas e consumidores, quer para a própria administração fiscal. Criar várias taxas, afirma Adilson Sequeira, potenciaria mais litígios e tornaria o sistema mais complexo. Para Miguel Correia, é uma “excelente decisão”, não só por evitar contencioso, mas também por eficiência económica. “O que a ciência económica nos diz hoje é que o melhor caminho deveria ser uma taxa una e lidarmos com eventuais preocupações redistributivas através de despesa directa do Estado [com a receita obtida focada em determinados sectores]”, afirma.

Na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla inglesa), da qual Angola faz parte, nenhum dos 15 membros tem mais do que uma taxa.

Há muitos produtos que vão ficar isentos do IVA, desde medicamentos a serviços médicos, passando pelos combustíveis e pelos bens da chamada cesta básica, como o leite, o arroz, o feijão, óleos, farinhas e açúcar.

Para já, o imposto não será obrigatório para todo o tecido empresarial. Há duas fases: uma em 2019-2020 e outra a partir de 2021. Nos dois primeiros anos, as sociedades cadastradas na Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes é que são obrigadas a aderir ao IVA - cerca de 400 empresas (onde se incluem sociedades do universo Sonangol, por exemplo).

Todas as outras podem entrar de forma voluntária. Para as empresas que, não sendo grandes contribuintes, têm um volume de negócios acima dos 250 mil dólares norte-americanos, há um regime de declaração simplificado durante esses dois anos, mas em que ainda não é liquidado IVA. Se as empresas quiserem podem aderir logo ao regime geral de forma voluntária. “Para não ser uma imposição da administração fiscal, a lei dá a possibilidade de o próprio empresário se organizar durante dois anos”, explica Sequeira, dizendo que aplicar a todos os contribuintes de imediato “não iria dar certo”.

A partir de 2021, o IVA já será obrigatório, mas, mesmo aí, só para as empresas com um volume de negócios acima dos 250 mil dólares. “É um linear alto, um dos mais altos do mundo; mas necessário devido ao nível de informalidade de Angola”, explica o coordenador.

A ideia é que o limite vá baixando de forma progressiva, com a expectativa de haver um alargamento da base tributária. “Muitas [empresas] já nos informaram que vão preferir aderir” durante o período transitório, porque poderão deduzir o IVA e pedir o reembolso ao fisco, diz Sequeira. Isso explica que a maior parte do encaixe da receita esteja prevista acontecer a partir de 2020. O IVA, ao tributar apenas o “valor acrescentado”, vai acabar com o efeito de cascata do actual imposto de consumo, que só garante cerca de 5% da receita do Estado. Ao mesmo tempo, haverá um imposto especial sobre as bebidas alcoólicas, o tabaco e bens nocivos à saúde.

### Incentivar os consumidores

A chegada do IVA acontece num momento em que a economia angolana está com dificuldades em crescer. Depois de uma queda de 1,7% em 2018 e com a actividade petrolífera a recuar mais de 8%, o FMI está a prever uma recuperação para este ano, com o PIB a avançar 2,5%. É igual lançar o IVA quando uma economia está com dificuldades em arrancar ou quando está numa situação de franco crescimento económico? Responde Miguel Correia: “Desde que a implementação seja devidamente faseada, tudo poderá funcionar bem, independentemente do ciclo económico. Um segundo ponto que ajuda é a criação de limiares de isenção elevados para fazer com que o imposto não abarque de imediato toda a economia”.

Hoje, em Angola, as empresas podem entregar as declarações periódicas de forma electrónica ou em papel. Mas a maioria do tecido empresarial ainda apresenta por via física.

Fonte: PÚBLICO



## ANGOLA PODE CRESCER ESTE ANO 1,9 POR CENTO

Angola poderá crescer este ano 1,9 por cento, subida sustentada no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e no “forte sinal de estabilidade política” que isso implica, considera a consultora IHS Markit.

“O acordo com o FMI vai aliviar as pressões de liquidez na economia angolana a curto prazo e enviar um forte sinal sobre a estabilidade política daqui para a frente”, disseram os analistas, na qual perspectivam que a economia possa crescer 1,9 por cento este ano, depois de ter terminado 2018 novamente numa recessão.

“A diversificação da economia, combinada com os esforços para atrair investimento privado, quer no sector petrolífero, quer nos restantes, continua a ser necessária para colocar a economia numa trajectória de crescimento sustentável, mas as medidas e remédios de curto prazo deverão ter um efeito mais pronunciado que o antecipado”, escrevem os analistas.

A IHS Markit considera que o PIB de Angola pode recuperar para os 1,9 por cento projectados para 2019.

O Programa de Financiamento Ampliado (Extended Fund Facility - EFF), que surge depois do acordo negociado pelo Executivo angolano e o FMI em 2008, visa fundamentalmente a consolidação do ajustamento orçamental.

O programa de assistência financeira, que ficou aquém dos 4.500 milhões de dólares que chegou a ser apontado pelo Governo angolano, foca-se na sustentabilidade fiscal, redução da inflação, e promoção de um regime cambial mais flexível.

Fonte: JORNAL DE ANGOLA



## GUINÉ-BISSAU TERMINA ANO COM DESACELERAÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

O Conselho Nacional de Crédito da Guiné-Bissau referiu que o país registou uma desaceleração económica devido à diminuição das exportações da castanha de caju e pediu aos bancos nacionais para aumentarem o crédito à economia.

“O ano económico de 2018 será caracterizado por uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto na ordem de 3,8% contra 5,9% do ano passado”, refere, em comunicado divulgado à imprensa, o conselho, presidido pelo primeiro-ministro guineense, Aristides Gomes.

Segundo o conselho, a economia guineense desacelerou devido à diminuição do “volume das

exportações da castanha de caju e do respectivo preço à exportação, em comparação com o ano de 2017, no qual os preços atingiram um nível de excepção”.

Sobre o sector financeiro, o conselho registou uma diminuição no crédito à economia, explicado com o “reembolso efectivo dos créditos concedidos no quadro da campanha de comercialização da castanha de caju”.

“O Conselho convidou os bancos a prosseguirem as acções com vista a apoiar os sectores-chave da economia através de produtos e serviços financeiros” adequados às necessidades

da economia guineense.

No comunicado, o conselho manifestou a sua preocupação com o fraco nível de crédito à economia e recomenda também a “prossecução das reformas institucionais e estruturais e a promoção do financiamento da economia em condições apropriadas” e a consolidação da estabilidade sociopolítica, da melhoria das infraestruturas rodoviárias e uma intensificação dos esforços para melhorar o ambiente de negócios.

O conselho prevê uma taxa de inflação abaixo dos 3%.

Fonte: LUSA EM RTP

## ▶ NOTÍCIAS DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

### RESERVAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE GARANTEM MENOS DE TRÊS MESES DE IMPORTAÇÕES

O primeiro-ministro são-tomense disse, no passado dia 11 de Dezembro, que as reservas internacionais do país não chegam para cobrir três meses de importações e anunciou a abertura, para breve, de um concurso externo para auditar as contas do Estado nos últimos quatro anos.

Jorge Bom Jesus, que assumiu o cargo na sequência das eleições legislativas de Outubro, lamentou a situação macroeconómica do país, recordando que, por diversas vezes, este ano, missões do Fundo Monetário Internacional (FMI) fizeram a avaliação das contas do Estado e garantiram a sua normalidade.

Defendeu, por isso a contratação, nos próximos três meses, de auditores externos para apurar o real estado das finanças do país.

“As auditorias, os inquéritos, vão ser feitas ao nível interno, mas nós também estamos a formalizar a abertura de concurso para a auditoria externa, que são muito mais credíveis e mais abrangentes. Estamos em sintonia com o Presidente da República, que também exigiu essas auditorias, e com o parlamento, e eu acredito que em menos de 90 dias teremos o resultado do estado da Nação”, explicou o governante.

Jorge Bom Jesus garantiu que ainda que o go-

verno vai assegurar o pagamento do 13.º mês aos funcionários públicos, apesar da grave crise financeira que o país atravessa.

“Não encontramos verbas para o pagamento de salário, nos últimos meses recorreu-se ao crédito bancário para esse efeito, nós não fomos por essa via, mas o problema está praticamente resolvido”, garantiu Jorge Bom Jesus.

“Estamos a falar na ordem de cerca de quatro milhões de dólares, porque além dos salários nós temos o tradicional 13.º e este mês de Dezembro (2018) era legítimo que cada um tivesse os seus salários e passassem a quadra festiva com algum alento, preparando-se para o novo ano que nos espera”, acrescentou o primeiro-ministro.

Para inverter a situação de crise financeira em que o país está mergulhado, o governo conta com o apoio dos parceiros de cooperação bilateral e multilateral, nomeadamente Angola, República Popular da China, União Europeia, Guiné Equatorial e Portugal.

“Nós temos que trabalhar no sentido de, no próximo programa, sanarmos as finanças públicas no sentido de tanto os investidores externos e o nosso tecido empresarial e a própria banca possam trabalhar num clima de maior estabilidade económica e financeira e num ambiente de negócios muito mais seguro”, disse o chefe do executivo.

Nas suas primeiras declarações aos jornalistas depois de assumir funções, o primeiro-ministro garantiu que até finais deste mês vai entregar o programa do Governo ao parlamento e “logo a

seguir” a proposta de Orçamento Geral do Estado para 2019.

Jorge Bom Jesus destacou a dignificação da Justiça e a garantia das liberdades individuais, a infraestruturação e crescimento económico, a dignificação da população, investindo no capital humano e melhorando os serviços sociais, bem como a atracção de capital estrangeiro directo como principais eixos do programa do Governo.

O partido Acção Democrática Independente (ADI) venceu as eleições de 07 de Outubro com maioria simples de 25 dos 55 deputados da Assembleia Nacional (parlamento), mas quem formou o governo foi o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata (MLSTP-PSD) e da coligação PCD-UDD-MDFM, na sequência de um acordo pós-eleitoral assinado entre as duas forças e que garantiu maioria absoluta (28 em 55 deputados na Assembleia Nacional).

O ADI, partido então no poder, venceu as eleições com maioria simples (25 deputados), mas o Presidente da República, Evaristo Carvalho, convidou a segunda força mais votada a formar Governo, justificando a decisão com “a actual correlação de forças” no parlamento e “os superiores interesses” do país.

O líder do ADI e primeiro-ministro (2014-2018), Patrice Trovoada, abandonou o país ainda antes dos resultados oficiais do escrutínio serem publicados pelo Tribunal Constitucional e anunciou o seu afastamento do partido por um período de dois anos.

Fonte: MADREMEDIA/LUSA EM SAPO